

07 de agosto de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



MINERAÇÃO PODE ATINGIR 1/3 DAS ÁREAS INDÍGENAS DO PAÍS

Desejada por Bolsonaro e prevista na Constituição, exploração de recursos minerais nas terras dos índios enfrenta críticas das empresas do setor e de estudiosos

A determinação do governo federal de permitir a exploração mineral em terras indígenas tem potencial para afetar quase um terço das reservas no País. Prevista na Constituição de 1988, a atividade em territórios demarcados nunca foi regulamentada e é alvo de discussão no Congresso há décadas. O assunto vem sendo tratado com insistência pelo presidente Jair Bolsonaro, declaradamente favorável à mineração nessas áreas.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em 214 das 735 áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração – 29,1% do total, inclusive nos parques indígenas de Tumucumaque (AP e PA), Araguaia (TO) e Aripuanã (MT).

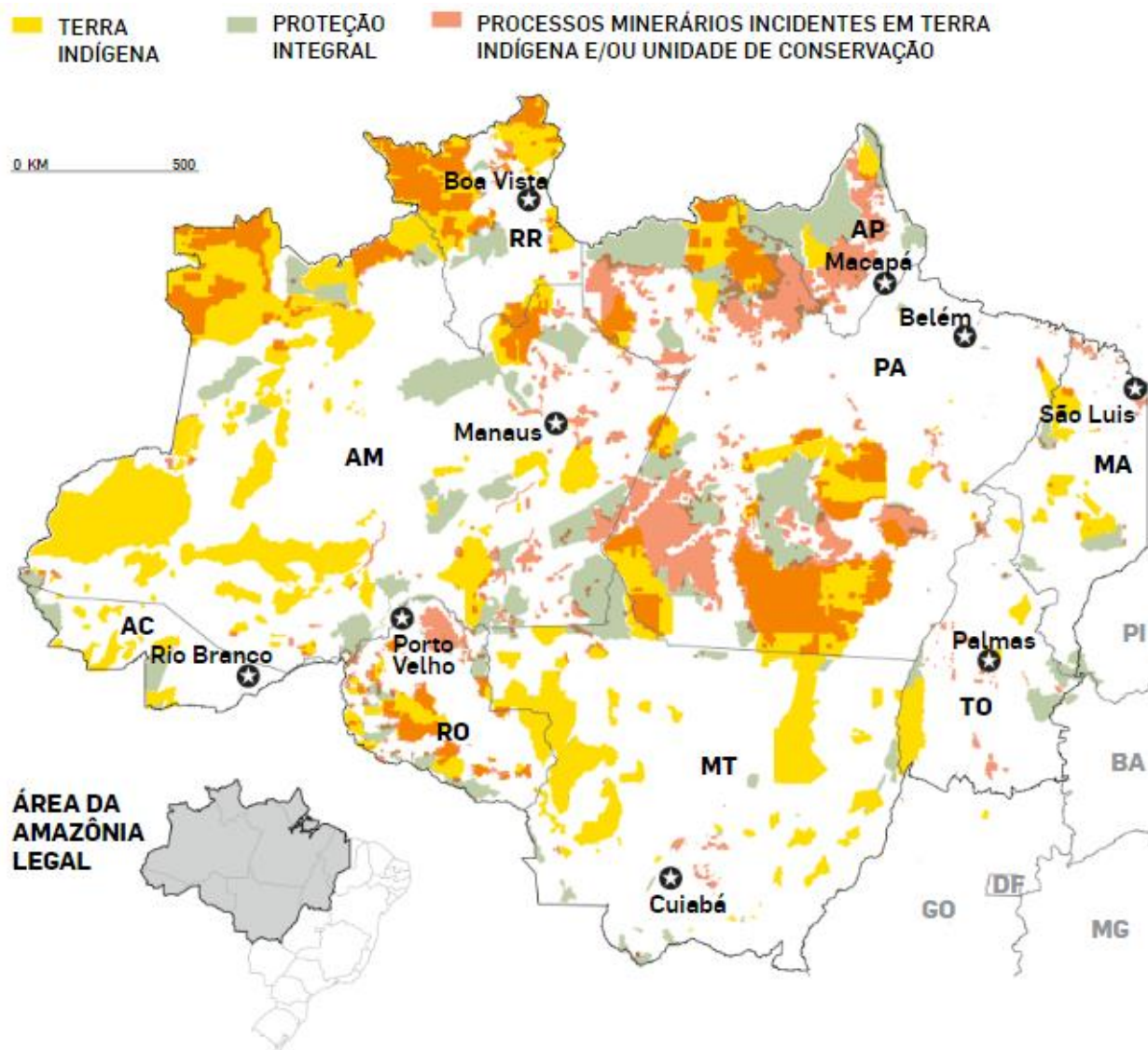
Os requerimentos envolvem a exploração de 66 substâncias, principalmente ouro. A maioria, 88%, é de pedidos para pesquisa, ou seja, sem comprovação científica de que existam minérios nessas áreas. Conforme especialistas, grande parte desses requerimentos é das décadas de 1980 e 1990, protocolada antes da demarcação das terras indígenas, e tem como objetivo garantir aos autores dos pedidos prioridade caso a exploração seja autorizada, prática comum no setor.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as empresas do setor, disse que a exploração em terras indígenas está fora da pauta da entidade há décadas. Para o instituto, antes de falar em legalização, o governo deveria fazer um levantamento científico sobre as potencialidades dos territórios, com a participação de comunidades originárias.

“O governo poderia, num primeiro momento, elaborar um mapeamento geológico, para se estabelecer possíveis ocorrências de minérios. Esta seria uma fase importante para se fomentar um diálogo mais consistente, inclusive, com o envolvimento dos povos indígenas, de acordo com princípios de sustentabilidade e segurança para os ocupantes das terras”, afirmou a entidade.

Exploração

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 4.332 requerimentos para exploração em 214 das 735 áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração



Fonte: ISA

ESTADÃO

Bolsonaro falou em legalizar o “garimpo” nessas áreas ao comentar a morte do cacique Emyra Waiãpi, supostamente vítima de garimpeiros no Amapá. Na sexta-feira, após pesquisa Datafolha apontar que 86% da população é contra a medida, ele disse que vai submeter o assunto a uma consulta popular.

Ainda na semana passada, o presidente afirmou que pretende criar “pequenas Serras Peladas”, que poderiam ser exploradas tanto por índios quanto por estrangeiros. Um grupo de estudo sobre o tema foi criado no Ministério de Minas e Energia.

Lei

Prevista na Constituição, a exploração em áreas indígenas por garimpeiros ou mineradoras nunca foi regulamentada. Pela lei, essas terras são da União e se destinam à posse permanente dos índios que as ocupam. Porém, há regimes distintos de propriedade. Jazidas do subsolo são passíveis de concessão, desde que a atividade tenha sido aprovada pelo Congresso e pelos indígenas, que devem ter direito a uma parte do lucro.

Isso não impede que garimpeiros invadam reservas para extração ilegal, às vezes com anuência dos índios. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o total de invasões subiu de 11 em 2016 para 17 em 2017.

Em 1996, o Senado aprovou projeto do então senador Romero Jucá (MDB-RR), cuja família tem interesse na exploração em terras ianomâmis. O projeto se arrasta na Câmara. Em 2004, foi criado grupo de trabalho após massacre na terra indígena Roosevelt (RO), sem resultado prático. Em 2018, uma comissão especial foi formada. Um substitutivo relatado pelo deputado Édio Lopes (PL-RR) obteve o acordo de vários setores, mas não foi votado.

Para estudiosos, a falta de controle pelo Estado torna a legalização inviável. “Deve-se questionar a ideia simplória segundo a qual os índios se beneficiariam por royalties. Quem controlaria a quantidade de minério extraído para assegurar o pagamento correto dos royalties?”, disse a antropóloga Dominique Gallois, da USP. Índios que concordarem com a mineração, afirmou, devem ser assistidos por Ministério Público e Funai.

Na avaliação de Dominique, ao falar sobre mineração em terra indígena antes de sanar falhas na exploração de áreas inexploradas não indígenas, Bolsonaro mostra que sua intenção “é ideológica, não técnica”.

Lopes disse acreditar que, se o governo não “ideologizar” a questão, ela pode avançar, e que trabalha pela regulamentação racional da atividade. “Não podemos simplesmente autorizar a mineração nessas áreas. Senão, vai ser um genocídio.” Em nota, o ex-senador Romero Jucá negou que sua família tenha interesse em mineração em terras indígenas ou não. Atual presidente nacional do MDB, Jucá informou ainda que pediu, em 2014, o arquivamento de projeto de sua autoria sobre mineração em área indígena, o que não ocorreu.

Risco

Líderes indígenas, ambientalistas e estudiosos ouvidos pelo Estado disseram que, mesmo com a concordância das lideranças locais, a possibilidade de legalização põe comunidades em risco. Segundo eles, experiências do passado mostram que a exploração ilegal de minério deixou um legado de contaminação dos rios, desmatamento, doenças, drogas e prostituição nas comunidades. Além disso, contestaram a capacidade do governo de controlar mineradoras e garimpeiros.

“Não é o garimpo que vai nos sustentar e as autoridades não vão conseguir fiscalizar as atividades. Não conseguem fiscalizar nem fora das áreas indígenas”, disse a líder indígena Alessandra Korap Munduruku. A opinião dela é embasada em números. Estudo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) no ano passado aponta a existência de 2.312 pontos de garimpo ilegal em seis dos nove países da Amazônia Legal.

Alguns indígenas que lucram com a exploração, no entanto, defendem a atividade. É o caso dos Uaimiri-atroari de Presidente Figueiredo (AM). Após terem sido quase dizimados por doenças e conflitos decorrentes da exploração da mina de Pitinga, nos anos 1980, eles chegaram a um acordo com a mineradora e hoje recebem um “pedágio” para que o minério seja transportado por suas terras.

Procuradas, a Funai e a Secretaria de Comunicação do Planalto não se manifestaram.

Fonte: Estadão

Autores: Ricardo Galhardo e Giovana Girardi

Data: 05/08/2019



AÇÕES DO MPF APONTAM PROVAS DO COMPLETO DESCONTROLE DA CADEIA ECONÔMICA DO OURO NO BRASIL

Em plena era digital, falta sistema informatizado de fiscalização, e notas fiscais ainda são preenchidas à caneta

Uma investigação inédita para esmiuçar o funcionamento de uma das maiores empresas compradoras de ouro no maior polo da mineração ilegal no Brasil, a bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, resultou em um retrato do completo descontrole do país sobre essa cadeia econômica, responsável por prejuízos financeiros, sociais e ambientais de proporções devastadoras.

Coletadas durante três anos pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF), uma série de provas do quanto é frágil a regulamentação e a execução do papel fiscalizador do Estado foram reunidas em duas ações propostas pelo MPF à Justiça Federal em Santarém em maio e julho deste ano.

Uma ação, na área criminal, foi ajuizada contra os responsáveis por um posto de compra de ouro da empresa Ourominas em Itaituba, acusados de formarem uma organização criminosa para fraudar documentação e, assim, “esquentar” (acobertar) a origem clandestina do ouro. Só entre 2015 e 2018, o grupo fraudou a compra de 610 quilos do minério, causando um prejuízo de R\$ 70 milhões à União.

A outra ação, na área cível, foi proposta contra a Agência Nacional de Mineração (ANM), a União, o Banco Central, o posto de compra e a Ourominas. Nessa ação o MPF cita, pela primeira vez, trechos de um manual de atuação da instituição para o combate à mineração ilegal. O documento foi elaborado pela força-tarefa Amazônia do MPF, integrada por procuradores da República de todos os estados da região, que fizeram um diagnóstico aprofundado sobre os problemas, indicando soluções para a questão.

Procedimentos de controle arcaicos – Como ainda não contam com um sistema informatizado, os procedimentos atuais para o controle da compra, venda e transporte do ouro são um campo fértil para fraudes.

As notas fiscais são preenchidas manualmente, à caneta. O máximo de tecnologia exigido pela legislação para a confecção dos documentos da cadeia do ouro é a máquina de escrever e o papel-carbono. As notas fiscais em papel ficam estocadas com os compradores. Não há nota fiscal eletrônica, não há acesso automático às informações pelo poder público, e muito menos cruzamento de dados.

A atividade garimpeira sequer é definida de modo claro na legislação, permitindo que a atuação de uma empresa mineradora de porte industrial tenha seus impactos considerados equivalentes à atividade de um garimpeiro artesanal.

Não há limites para a emissão de autorizações de exploração de lavra: uma mesma pessoa ou cooperativa pode ser detentora de quantas permissões de lavra conseguir registrar em seu nome.

Também não há controle sobre o uso das permissões de exploração, facilitando muito o “esquentamento” do ouro clandestino. As permissões continuam em vigor mesmo que as áreas não tenham sido exploradas, ou que seus detentores não apresentem relatórios de produção, ou que apresentem relatórios zerados ou incompatíveis com a quantidade de minério indicada em notas fiscais.

A legislação prevê a criação de um sistema de certificação de reservas e de recursos minerais. No entanto, o sistema ainda não está criado. Houve consulta pública no final de 2018, e a avaliação das propostas está a cargo da ANM.

O sistema deveria servir para subsidiar a formulação e implementação da política nacional para as atividades de mineração, fortalecer a gestão dos direitos e títulos minerários, consolidar as informações relativas ao inventário mineral brasileiro, definir e disciplinar os conceitos técnicos aplicáveis ao setor mineral, entre outras funções.

Riquezas saqueadas – A Amazônia brasileira já tem mais de 450 áreas ou pontos de mineração ilegal, registra o relatório Amazônia Saqueada, publicado no final do ano passado por pesquisadores da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg).

Só na bacia do Tapajós são comercializadas ilegalmente 30 toneladas de ouro por ano – R\$ 4,5 bilhões em recursos não declarados –, seis vezes mais que o comércio legal na mesma região, segundo informações apresentadas pela ANM em audiência pública realizada em abril deste ano na Câmara dos Deputados.

Envenenamento em massa – De acordo com laudo elaborado pela PF e pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), nas águas do Tapajós a mineração ilegal de ouro despeja, a cada 11 anos, o equivalente à barragem da Samarco que rompeu em Mariana (MG) em 2015, destruindo a calha do rio Doce, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Há estimativas de que até 221 toneladas de mercúrio são liberadas por ano para o meio ambiente pela mineração ilegal no Brasil, indicam estudos preliminares apresentados em 2018 na primeira reunião do Grupo de Trabalho Permanente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (GTP-Minamata), realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Convenção de Minamata é um acordo global para controlar o uso do mercúrio, tendo em vista a letalidade da substância para a saúde humana e para o meio ambiente. Em agosto de 2018 foi publicado decreto presidencial que concluiu a internalização jurídica, pelo Brasil, da Convenção. Com a promulgação do decreto, as determinações da Convenção de Minamata tornaram-se compromissos nacionais oficiais.

O mercúrio envenena principalmente quem trabalha em áreas de mineração ou vive perto delas, como povos indígenas e comunidades ribeirinhas, além da população consumidora do pescado. No ser humano, a substância afeta o sistema nervoso central, causando problemas de ordem cognitiva e motora, perda de visão, doença cardíaca e outras deficiências.

Urgência sanitária – Na região do Tapajós, já foram detectadas alterações cardiológicas e neurológicas em pessoas que têm alto nível de metilmercúrio, relatou na audiência da Câmara dos Deputados o neurocirurgião Erick Jennings Simões, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.

Ele destacou que não há cura para esses problemas originados pela contaminação por mercúrio, e que no Tapajós as pesquisas indicaram que a contaminação tem afetado até mesmo moradores de áreas urbanas distantes da região de garimpo, como os moradores de Santarém, um dos municípios mais populosos do Pará, com cerca de 300 mil habitantes.

Uma das lideranças indígenas presentes na audiência pública, Alessandra Korap, da etnia Munduruku, denunciou que as crianças estão reclamando de dores e que as mulheres grávidas estão sofrendo abortos espontâneos, algo que não acontecia nas aldeias. Segundo o neurocirurgião Erick Jennings, o metilmercúrio consegue atravessar a placenta, podendo causar danos irreversíveis ao feto.

Para pesquisadores do Ministério da Saúde e da Ufopa ouvidos por deputados federais, é “urgência sanitária” o monitoramento clínico e laboratorial das populações submetidas à contaminação de mercúrio na bacia do Tapajós.

Invasão originou ação – A mineração ilegal é um dos principais vetores de invasões a áreas protegidas, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação (UCs). A investigação que deu origem às ações ajuizadas pelo MPF em Santarém, por exemplo, começou a partir das operações Dakji I e II, realizadas em 2016 para combater garimpagem ilegal de ouro na zona de amortecimento da Terra Indígena Zo'ê, no município de Óbidos. A zona de amortecimento é uma área de proteção integral.

As operações deram origem a três inquéritos policiais. Em um deles, investigados que atuavam na área conhecida como garimpo Pirarara, na zona de amortecimento da Terra Indígena, relataram que vendiam o minério à Ourominas sem a necessidade de apresentar qualquer tipo de comprovante de legalidade da origem do produto.

Interditados nas operações, os garimpos ilegais foram sucessivamente reocupados por novas levas de garimpeiros, agora em 2019 pela terceira vez. “Este fato denota a dificuldade em se combater a extração ilegal de ouro tão somente a partir do exercício do poder de polícia ambiental in loco nos ‘garimpos’ ilegais. Esta ação civil pública busca promover um reenquadramento da problemática, impelindo os entes públicos a também exercerem sua atribuição regulatória e fiscalizatória sobre elos da cadeia que até então operam à margem do olhar estatal: os compradores de ouro ilegal”, explica o MPF na ação cível.

A ação cível foi assinada pelos procuradores da República Camões Boaventura, Paulo de Tarso Moreira de Oliveira, Ana Carolina Haliuc Bragança, Patrícia Daros Xavier e pelo assessor jurídico do MPF Rodrigo Magalhães de Oliveira. A denúncia criminal foi assinada pelos mesmos membros do MPF autores da ação cível, além dos procuradores da República Hugo Elias Silva Charchar e Antônio Augusto Teixeira Diniz.

Impactos em série – Além dos prejuízos financeiros bilionários para o país, dos graves riscos à saúde da população, e das invasões a áreas protegidas, a mineração ilegal estimula uma série de outros problemas socioambientais: desmatamento ilegal – que já eliminou 20% da cobertura vegetal original da Floresta Amazônica –, assoreamento de rios, grilagem (usurpação de terras públicas), conflitos agrários, trabalho insalubre, trabalho escravo, tráfico de pessoas e exploração sexual, doenças como malária, leishmaniose, e as sexualmente transmissíveis (DSTs), entre outras consequências.

Fonte: Ministério Público Federal

Data: 29/08/2019

Correio*

MAPA DA MINERAÇÃO: BAHIA SE DESTACA PELA DIVERSIDADE DE MINÉRIOS

Subsolo do estado armazena pelo menos 45 tipos de minerais

No subsolo dos mais de 567 mil quilômetros de área da Bahia existem 45 substâncias minerais com potencial comercial já identificadas. Os recursos naturais vão desde a água nossa de cada dia até aqueles que parecem palavras inventadas por alguma criança. Caso da barita, diatomita, ou o feldspato, ou o molibdênio.

Responsável por aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, a produção mineral baiana se destaca como a maior do país na exploração de sete produtos, segunda maior em outras quatro e chega ao requinte de ter substâncias tão singulares que levam o nome do estado no nome. Casos do granito Azul Bahia, de Potiraguá, ou do mármore Bege Bahia, de Ourolândia.

Atualmente, a Bahia é o terceiro maior produtor mineral do país, atrás apenas dos estados de Minas Gerais, Pará e Goiás, sendo responsável por 4% do PIB da atividade no país. Entretanto, apesar dos números de destaque, as perspectivas para o setor são de um cenário melhor que o atual no estado.

“Nós temos um diferencial em relação ao restante do país, que é a diversidade da nossa produção mineral. Nenhum outro tem 45 tipos diferentes de minérios”, destaca o diretor técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Rafael Avena.

Segundo o geólogo, o estado que mais se aproxima da realidade baiana é Minas Gerais, que “também tem uma diversidade grande”.

Ele cita a existência de rochas com padrões cromáticos únicos e a produção de minerais como vanádio e urânio, que são as únicas no Brasil. No caso do vanádio, a mina operada pela Largo Resources acumula 1,12% das reservas mundiais do produto, que aparece associado aos minérios de ferro e titânio. O mineral, usado para tornar o aço mais flexível, é fundamental para o desenvolvimento da indústria da aviação, entre outras aplicações.

Em Nordestina opera a primeira mina de diamantes da América do Sul desenvolvida a partir de rocha kimberlítica, que é a rocha primária do diamante.

Perspectivas

Um recurso que deve voltar a ser destaque a partir do início do próximo ano é o níquel. A mina em Itagiba, que era operada pela australiana Mirabella, terá a operação retomada sob o comando da inglesa Atlantic Nickel. O estado tem 15% das reservas do minério no país. “A atividade depende dos preços no mercado internacional. Quando a Mirabella iniciou a operação em Itagiba, a tonelada do níquel era comercializada por US\$ 54 mil. Em 2015, o preço caiu para US\$ 8 mil”, lembra Rafael Avena.

Agora, quando se inicia um processo de retomada da produção no local, o preço está por volta dos US\$ 12 mil. Além do níquel em Itagiba, o diretor técnico da CBPM destaca novos projetos como a produção de fosfato em Irecê. O produto é fundamental para a agricultura.

Mas é na produção de minério de ferro que estão as maiores apostas no crescimento da produção baiana nos próximos anos.

“Nós temos reservas significativas de ferro tanto na região de Caetité quanto no Norte do estado. Nos dois casos, nós temos o desafio do escoamento. A mineração de ferro depende da movimentação de grandes volumes para se viabilizar”, ressalta.

Com o início das operações da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a tendência é que a produção de ferro passe a ocupar um papel de destaque no mapa da mineração do estado, acredita Avena, graças ao projeto da Bahia Mineração (Bamin), em Caetité.

“A mineração é uma das atividades com o maior potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do estado, porque ela se concentra no interior”, aponta o superintendente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Paulo Guimarães.

Para Guimarães, além de investir na ampliação da produção mineral, é importante que se criem mecanismos para facilitar o beneficiamento e o processamento da produção na Bahia.

“Assim, podemos otimizar a geração de emprego e renda, que é a nossa prioridade”, diz.

Inovação e uma atuação sustentável serão discutidas

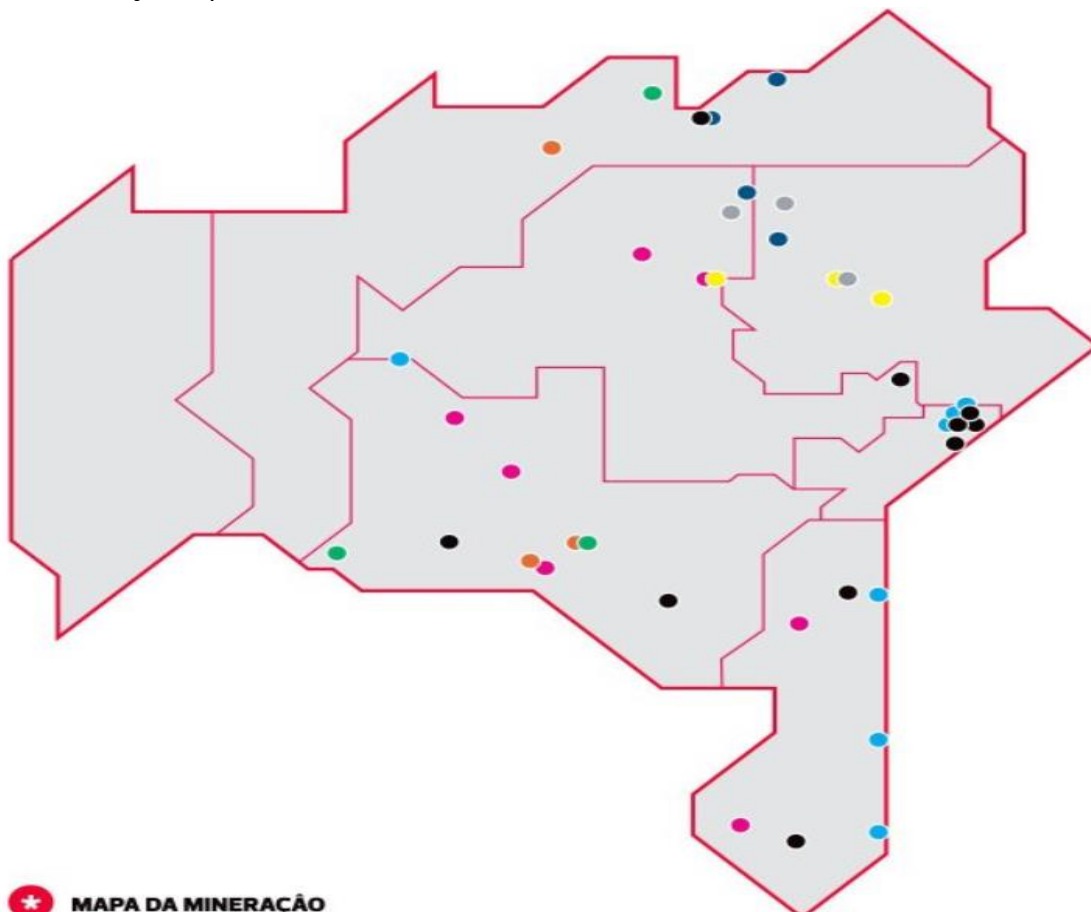
Os integrantes da cadeia da produção mineral da Bahia vão se reunir no próximo dia 14 para discutir os investimentos em inovação e os caminhos para uma atuação mais sustentável no setor. Com a presença de alguns dos mais importantes nomes da mineração brasileira, o evento promovido pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secti), com o apoio do CORREIO, vai colocar a discussão da criação de um hub com empresas do setor para o fomento de boas práticas empresariais.

Entre os integrantes do poder público, estão confirmados no 1º Fórum Internacional de Inovação e Sustentabilidade na Mineração Alexandre Vidigal, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), e Victor Hugo Froner Bicca, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM). O evento acontece no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb),

“É um encontro voltado para toda a cadeia da mineração baiana”, destaca o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm.

Na iniciativa privada, o presidente da Largo Resources no Brasil, Paulo Misk, é presença confirmada, para falar sobre a Vanádio de Maracás.

Gustavo Roque, coordenador do Mining Hub, em Minas Gerais, é outra presença confirmada. O projeto que a CBPM pretende implantar no estado é baseado no que está em operação em Minas desde o início deste ano. “Nós queremos aprender com a experiência deles”, destaca Tramm. “O hub é uma aposta no futuro da mineração aqui na Bahia”, acredita.



PRINCIPAIS

- **AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL** Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Guanambi, Juazeiro e Teixeira de Freitas, são os principais municípios. Ao todo, os produtos se encontram em 151 municípios baianos
- **ROCHAS ORNAMENTAIS** Medeiros Neto, Jacobina, Paramirim, Boquira, Ourolândia, Guajeru, Itaju do Colônia
- **ÁGUA MINERAL** Dias D'Ávila, Simões Filho, Alagoinhas, Alcobaça, Porto Seguro, Ilhéus e Ibotirama
- **OURO** Jacobina, Teofilândia e Santaluz
- **MAGNESITA** Brumado, Rio do Antônio e Sento Sé
- **TALCO** Brumado, Casa Nova e Malhada
- **COBRE** Jaguarari, Juazeiro e Curaçá
- **CROMO** Andorinha, Campo Formoso e Santaluz

PRODUTOS COMERCIALIZADOS (EM R\$)

2013	2.575.608.258
2014	2.630.406.878
2015	2.468.834.573
2016	2.158.513.082
2017	2.604.115.073

OUTROS

- **GRANITO AZUL BAHIA** Itaju do Colônia
- **GRANITO AZUL MACAÛBAS** Boquira e Macaúbas
- **MÁRMORE BEGE BAHIA** Ourlândia e Sento Sé
- **BENTONITA** Vitória da Conquista
- **DIAMANTE** Nordestina
- **SAL-GEMA** Vera Cruz
- **FERRO** Caetité e Pindai
- **NÍQUEL** Itagibá
- **VANÁDIO** Maracás
- **URÂNIO** Caetité

Fonte: Correio 24hrs
Autor: Donaldson Gomes
Data: 01/08/2019



MODELO DE GARIMPO TEM DE SER MELHORADO, DIZ SECRETARIO

A regulamentação que o governo pretende fazer do garimpo no País e da mineração em terras indígenas deverá buscar novos modelos de exploração e não apenas dar um "salvo-conduto" à forma como a atividade é desenvolvida hoje.

De acordo com o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, o objetivo das mudanças é aproveitar as riquezas minerais beneficiando quem realiza a atividade, dentre eles, os garimpeiros e os próprios índios. O modelo de aproveitamento, no entanto, ainda não foi definido pelo Executivo.

"Nosso pensamento não é dar um salvo-conduto para situações que sejam maléficas à coletividade. O que queremos é que nessa relação, a exploração seja do mineral, não dos envolvidos, não dos garimpeiros, não dos índios", afirmou Vidigal ao Estadão/Broadcast.

De acordo com ele, a regulamentação dos dois tipos de atividade entrou na pauta do governo porque gera riqueza e enfrenta o problema da exploração clandestina com consequências ambientais e sociais.

Um grupo de trabalho criado em 2017 por determinação do Tribunal de Contas da União deve finalizar neste ou no próximo mês projeto de lei que trata da autorização da mineração em terras

índigenas. Ele é formado pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil, Funai e Ibama.

A Constituição permite que a exploração de minérios seja feita nessas áreas, porém, mediante regulamentação, o que nunca foi feito. Um decreto de 2004 determina que a exploração só pode ser efetivada com autorização do Congresso após discussão com as comunidades envolvidas e que parte dos recursos seja destinada à região.

O presidente Jair Bolsonaro também disse, na semana passada, que o governo pretende regulamentar o garimpo no País. Na quarta-feira, 31, ao jornal O Globo, ele afirmou que pretende criar "pequenas Serras Peladas" Brasil afora, que poderiam ser exploradas tanto por estrangeiros como por povos indígenas. Um grupo de estudo sobre o assunto foi criado no Ministério de Minas e Energia há duas semanas.

"Temos o firme propósito neste governo de transformar o patrimônio mineral brasileiro em riqueza", disse Vidigal. Questionado se o exemplo usado pelo presidente não dava uma ideia negativa, já que milhares de pessoas morreram em Serra Pelada (PA) nos anos 80 pela exploração desenfreada, Vidigal minimizou a questão e disse que Bolsonaro se refere à produção de riquezas e não ao caos do local, que ficou conhecido como "formigueiro humano".

Segundo o secretário, lideranças indígenas tem procurado o governo para pedir que se avance na discussão sobre a liberação da exploração mineral em suas terras. Mas representantes dos índios, por outro lado, têm dito que o governo ainda não os procurou para debater os termos do projeto.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Autores: Mariana Haubert e Anne Warth

Data: 02/08/2019



COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE É O PRINCIPAL DESAFIO DA MINERAÇÃO

Historicamente reticente e introvertido, o setor mineral terá que melhorar sua forma de comunicação com a sociedade sob pena de continuar demonizado. É o que afirma o presidente do Conselho Diretor do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), Wilson Brumer, que foi convidado para assumir o cargo tendo em vista sua larga experiência como dirigente no setor minero-metalúrgico e também como gestor público. Porém, segundo ele, essa comunicação não deve se dar como uma política de marketing que tenta vender uma boa imagem da mineração, mas uma estratégia "à la acupuntura", ou seja, um trabalho minucioso e consistente de esclarecimento da sociedade sobre o setor. Para ele, o setor precisa aprender a ouvir com humildade, pois quem quer se comunicar também precisa saber escutar. Ele também defende uma "oxigenação" do Ibram, no sentido de atrair para suas fileiras empresas de todos os portes e segmentos da cadeia de mineração, rompendo com a visão de que a entidade é uma espécie de clube fechado das grandes corporações do setor mineral. Confira.

BRASIL MINERAL – Entendemos que a mineração está vivendo um momento decisivo, em função dos últimos acontecimentos. O setor sempre teve problemas com relação às comunidades, como se comunicar direito, e isso foi levado a um paroxismo em função dos acontecimentos recentes. O que as empresas de mineração pretendem fazer com relação a isso? Especificamente sobre Brumadinho, tivemos conversas com alguns presidentes de empresas e a manifestação mais forte deles é: "Eu não tenho nada a ver com isso, eu sou minerador, mas não tenho nada a ver com isso. Por que eu estou apanhando?"

“Identificamos esse sentimento em uma ampla gama de empresas, uma coisa bem aberta, em termos de porte de empresas e tipos de mineração que elas fazem.

WILSON BRUMER – Quando tenho insistido que o setor, principalmente minero-metalúrgico (e aqui não incluo só a mineração), tem que melhorar sua forma de comunicação, é porque historicamente esse é um setor um pouco reticente, introvertido em relação a se comunicar. Entendo a reação de algumas empresas, mas de uma maneira também bastante franca, isso eu disse a todos eles, inclusive na primeira reunião que tivemos no conselho do Ibram, é que quando acontece algo como o que aconteceu, isso não se restringe apenas a uma empresa. Isso é visto pelas autoridades, pela sociedade como um todo, como se fosse algo que acontece com todo o setor. Então quando você usa o termo mineração, a sociedade não sabe separar o que é minério de ferro, o que é ouro, pedras preciosas etc. Daí a minha insistência de que o setor tem que ser mais transparente, falar mais com a sociedade, porque, queiramos ou não, a sociedade não distingue – principalmente em Minas Gerais e acredito que também no Pará, pela predominância do minério de ferro – que há uma certa confusão e aí, em função do que aconteceu, todo o segmento de mineração é demonizado. Acho que o setor já está entendendo isso, de que não dá para dizer, usando suas palavras, isso não é comigo, etc. Eu acho que já existe o início de uma consciência de que todos nós temos que nos unir em torno de um objetivo comum, senão todo o setor será afetado. Isso fica claro. As próprias autoridades, quando tomam decisões como as que tiveram de ser tomadas, em função dos acontecimentos, generalizam. Então, olhando as várias decisões que foram tomadas em termos de portarias e legislação, não houve uma separação entre segmentos e empresas. Foram generalizados, como se tudo fosse igual. Quanto a essa percepção de que o aconteceu não me afeta, já começa a haver uma consciência de que não é bem assim. O que acontece em uma empresa da dimensão da Vale afeta o setor inteiro. Tanto é que hoje a legislação está falando em mineração a seco como se fosse possível fazê-la em todos os segmentos. Fala se em mineração a seco, mas ela também tem problemas. Antes as coisas iam para a barragem, hoje teremos que estocar isso em algum outro lugar. Assim, também temos que encontrar soluções para a mineração a seco.

Esse talvez seja o grande trabalho que o Ibram terá que desempenhar. Tenho dito muito aos colegas da diretoria que, neste momento de comunicação, não esperemos grandes acontecimentos ou grandes processos, tipo marketing. Tenho utilizado uma frase, principalmente com o Paulo (Paulo Henrique Soares, diretor de Comunicação do Ibram), que hoje é o momento de comunicação “à la acupuntura”. O que eu quero dizer com isso? Hoje, um evento como o que discuti novas soluções para os rejeitos tem que ser comunicado à sociedade, tem que ser mais propalado, mais falado... Quer dizer, não se está fazendo esse evento para fazer disso uma grande propaganda, dizer que resolvemos o problema da mineração. De novo, é aquela acupuntura, é um pontinho que está pegando no nervo e nós estamos começando a discutir. E nesse processo de comunicação, eu não falo apenas das matérias que saem nos jornais e nas revistas. Falo muito mais da comunicação tête-à-tête. Em trazer para mais perto as cadeias produtivas. O setor de mineração, ao ficar passivo, ou às vezes até omisso na comunicação, acabou não criando uma relação “falar mesmo” com seus vários stakeholders, aí incluindo o fornecedor. Às vezes as soluções estavam mais próximas e não as comunicar traz diversos problemas.

Quando tenho insistido no fator comunicação, é porque levo em conta que há vários stakeholders e para cada um deles deve-se ter um tipo comunicação adequado. Primeiro, se o setor está demonizado, vamos ser pragmáticos. E não estou falando de empresas (uma está mais demonizada do que a outra, no caso a Vale) mas do setor. A pesquisa de reputação que fizemos agora recentemente, mostra que, quanto mais conhecida é a empresa, menor é a reputação dela perante a sociedade. Isso mostra que para aquelas que não são conhecidas a reputação está melhor, porque as pessoas hoje só conhecem o lado ruim da mineração. E como eles não conhecem a empresa, e não aconteceu nada com ela...Eu fico lá? Não. Mas há outras implicações. A legislação vai ser a mesma se não houver uma separação, uma comunicação adequada. As decisões tomadas pelas autoridades passam a ser as mesmas, quando de fato estamos falando de coisas diferentes, e assim por diante. E na própria rediscussão do momento do Ibram, do novo papel que vai ter que desempenhar, até na própria reorganização de seu conselho, queremos criar formas

dos vários setores se apresentarem com problemas e soluções diferentes. O mesmo problema e suas soluções do ferro não é o mesmo do nióbio, e assim por diante. Então o próprio conselho do Ibram fará mudanças, até para acabar com essa coisa de “aconteceu com alguém, isso não tem efeito sobre mim”.

Hoje o que aconteceu, eu te confesso... acho que até serviu, em muitos casos, para reflexão também de outros setores da mineração, que talvez estivessem trabalhando de uma forma que, se fosse mantida, poderia acarretar problemas. Essa reação que se teve foi aquela reação inicial, aquele primeiro momento de susto, mas acho que depois que a poeira foi baixando, as pessoas pensaram: “Opa, deixa ver o que aconteceu para saber se eu não tenho um problema parecido, porque podia ter acontecido comigo.”

Para ser franco, acho que já começa, eu não diria 100%, uma percepção de que isso não pode ser visto como um fato isolado e de apenas uma empresa. Acho que tem que servir como um fator para o setor se unir. As tecnologias empregadas podem não ser as mesmas, mas certamente soluções comuns podem surgir. E a solução comum para mim é ser mais transparente, falar com os stakeholders. E estamos falando da comunidade também, de fornecedores, do cliente final, e conscientes de que até o investidor tem que ser colocado nesse processo, porque vamos ser realistas e pragmáticos: o investidor, ao analisar se vai investir em um setor malvisto ou em um bem visto pela comunidade, onde ele vai investir? Então, não dá para pensar de forma isolada sobre a minha empresa. Ela é importante, tenho que fazer o que precisa ser feito dentro dela, mas não devemos isolar as empresas do segmento.

BRASIL MINERAL –Despertou nossa atenção o que o senhor disse sobre a reorganização do conselho do Ibram. Embora não como decorrência direta e imediata, surgiu essa proposta de reorganizar o conselho, no sentido de trazer outras empresas e outras visões sobre problemas comuns ao setor. Já existe um programa de como isso será feito?

BRUMER – Nós já estamos no processo de revisão do nosso estatuto. Inclusive tínhamos agora, no mês de junho, uma assembleia ordinária para aprovação de contas etcetera, e uma extraordinária, onde iríamos apresentar a mudança no estatuto. Conversei com todas as empresas e achei que não se devia fazer isso de uma maneira açodada. Achei que mudar o estatuto simplesmente por mudar não seria o adequado. Estamos promovendo, sempre em conjunto, é meu estilo de trabalhar, uma discussão com todas as empresas, de como vamos fazer esse novo estatuto, considerando essas demandas. Quer dizer, as empresas sentirem que estão representadas, ouvidas e colocando seus problemas no conselho do Ibram e unidas em torno do segmento mineração. O Ibram é o Instituto Brasileiro de Mineração como um todo, não apenas de um segmento específico da mineração. Eu espero que talvez em agosto, no máximo setembro, podemos estar com isso tudo encaminhado.

BRASIL MINERAL - Conversando com empresas de médio e pequeno porte, isso já é “tradicional”, elas não se sentem bem representadas no Ibram e às vezes não têm porte nem para pagar as mensalidades. Esse tipo de segmento vai ser contemplado nessa reorganização?

BRUMER - Sim. De novo, o Ibram não pode ser o instituto das grandes mineradoras Não adianta falar em mineração se falarmos de geologia. Afinal de contas, está ali o futuro da mineração. Um dos nossos objetivos é aumentar o número de associados, exatamente para que possamos trazer para o Ibram mais pessoas. Porém, não adianta ser associado e não ter um produto. Por isso, de novo, o prazo maior que pedimos. Vamos ter que desenvolver produtos. Quais são os produtos que iremos oferecer aos associados? E permitir que mesmo esses associados que hoje não estão no conselho do Ibram tenham fóruns adequados, até para se apresentarem, não necessariamente só no Conselho, mas participarem das discussões na mineração. Hoje temos pequenas, até médias empresas, que não participam do Ibram, da cadeia produtiva também. Queremos trazer todo mundo para essa discussão, como também o cliente. Na mineração, a cadeia é muito longa, então temos que trazer o cliente também. Além disso, os clientes são diferentes um do outro, de acordo com o produto. É um trabalho que, a meu ver, não vai se resolver do dia para a noite, é um planejamento que já existia, mas inclusive estamos revendo esse planejamento

estratégico, revisão essa de curto prazo, até porque foi um trabalho (o planejamento estratégico) bastante profundo que foi realizado lá atrás, mas em função dos novos acontecimentos tivemos que revisitá-lo. Estou chamando mais de revisão do que planejamento, ao planejamento estratégico. Isso para que possamos, daqui pra frente, em cima desse planejamento estratégico, fazer um plano de ação. Na minha vida profissional, digo muito que “planejamento estratégico sem plano de ação é carta de intenção”. Certamente o pequeno e médio minerador e a cadeia produtiva estarão incluídos nessa discussão. Nós temos no país mais de 9.400, entre grandes, pequenas, médias e microempresas de mineração. Vamos ver aonde chegamos. Ninguém está fazendo a defesa de coisas erradas ou ser contra as investigações. Ao contrário, acho que temos que fazer disso tudo que está acontecendo um enorme aprendizado, para que isso não se repita mais. Nós estamos colocando o setor em risco.

Outra coisa que tenho insistido muito: sou de uma geração que, quando se formava nas escolas e universidades, tinha a mineração como mais um setor que em que considerávamos trabalhar. Hoje, tenho dúvidas se o jovem, em um ranking de profissões que ele quer abraçar, tem a mineração como uma das primeiras colocadas. Acho que não. Então nós temos o trabalho enorme de atrair os jovens... E aí o Mining Hub, que está em implantação, é uma boa demonstração dessa atração do jovem. Quem participa normalmente das startups são eles. É mais uma demonstração de que queremos trazer os jovens, as universidades, que têm uma série de pesquisas que não se reverterem em produtos. Certamente, nas universidades, principalmente aquelas mais especializadas no segmento de mineração, deve ter muita coisa que talvez não conheçamos. Precisamos trazer esse lado acadêmico para discussão sobre a mineração.

BRASIL MINERAL – A Comunicação parece ser a tarefa mais complicada que vocês têm de enfrentar. O que está sendo discutido sobre isso? Como é que a mineração vai se comunicar com a sociedade?

BRUMER - Eu não acredito em marketing em cima de fumaça, de coisas que não são concretas. Agora, não adianta que o setor de mineração vá à televisão dizer “eu sou pop”. Não é isso. Por isso tenho dito que agora é a fase da acupuntura. O que formos fazer agora tem que ser comunicado, que ir mudando essa percepção da sociedade. Queiramos ou não, isso não é específico somente da mineração. Criamos uma sociedade onde, em cidades ou regiões que têm alguma grande atividade empresarial específica, acaba-se gerando uma dependência daquela atividade econômica que não é boa. Nós temos que criar uma percepção de parceria entre atividade econômica e a sociedade na qual estamos inseridos. No Brasil, sabemos que não foi assim. Muitos gestores de empresas, muitos operadores, de qualquer setor, às vezes se consideravam mais importantes do que a própria autoridade. Esse é um conceito ultrapassado, a meu ver. Nós temos que ser parceiros das comunidades. Nós não falamos de trabalhar internamente na comunicação nas nossas empresas? Isso é um trabalho constante, e nas empresas também não é fácil. Agora é outro momento. Além de externamente, nós temos que falar internamente. E não é com grandes programas. Neste momento, a sociedade não vai acreditar em mineração pop. Não faz sentido isso. Agora, é o momento de saber ouvir com humildade. Normalmente, o fator comunicação e o “fator ouvir” estão interligados, concorda? Quem não quer se comunicar também não é capaz de ouvir. Nós temos que ter a humildade de saber ouvir, a partir daí saber responder, conversar, atender. A resposta pode até ser “não”. Mas é um “não” bem colocado...

Fonte: Brasil Mineral

Data: Ano XXXV - Junho de 2019

MINERADORAS DE PEQUENO PORTE PREDOMINAM NO PAÍS, DIZ IBRAM

Apenas 2% da mineração no Brasil é composta por grandes empresas, ou seja, companhias capazes de produzir acima de 1 milhão de toneladas por ano. A maior parte do setor é formada por pequenas e microempresas, respondendo por 87% das mineradoras, com produções abaixo de 100 mil toneladas anualmente.

Isso significa dizer que das 9.415 empresas que compõem o setor mineral nacional, apenas 154 são consideradas de grande porte, sendo o restante dividido entre 1.037 médias (produzindo entre 1 milhão de toneladas e 100 mil toneladas por ano), 2.809 pequenas e 5.415 microempresas. Além disso, existem atualmente 1.820 lavras garimpeiras, 13.250 licenciamentos e 830 complexos de águas minerais pelo País.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e foram apresentados pelo presidente do Conselho Diretor, Wilson Brumer, em visita ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, juntamente com o diretor-presidente do Instituto, Flávio Ottoni Penido.

Para Brumer, eles mostram a complexidade do setor nacional.

“É bom salientar que a mineração no Brasil não envolve apenas o minério de ferro, mas diversos outros minerais que são explorados em todo o território. E tamanha é a importância da atividade que a Agência Nacional da Mineração (ANM) foi a última a ser criada pelo governo”, destacou.

Nesse sentido, o dirigente lembrou que o Ibram defende uma agência estruturada e atuante, que possa ajudar a promover todas as reflexões e transformações necessárias ao setor extrativo, que vive a maior crise nacional após os rompimentos de duas barragens de rejeitos de minério de ferro em Minas Gerais: uma da Samarco, em Bento Rodrigues, em 2015, e uma da Vale, em Brumadinho, no início deste ano.

Penalização x tributação – Diante do contexto, segundo ele, são grandes os esforços da nova gestão do instituto para a uma mineração mais moderna, segura e igualmente produtiva.

“São episódios para jamais serem esquecidos. Por isso, o Ibram apoia todas as investigações e defende a revisão da gestão de manejo de rejeitos com o objetivo de uma maior transparência, novas práticas e novos patamares de desempenho para as próximas décadas”, explicou.

No entanto, Brumer chamou atenção para os cuidados necessários para não confundir penalização com tributação excessiva, o que para ele está ocorrendo no País desde o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em janeiro.

“Temos sim que penalizar quem fez algo de errado e provocou tamanhas perdas. Mas é preciso uma diferenciação para não criar uma insegurança jurídica ainda maior”, completou.

Ele se refere aos vários processos que tiveram início no Brasil após o colapso da estrutura, com a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), mudanças na legislação ambiental e nos parâmetros para obtenção de novas licenças, suspensão de operações extrativas, entre outras.

Ações

Para tentar colaborar com um ambiente mais seguro e uma mineração mais produtiva no futuro, o Ibram tem realizado uma série de ações, como a realização do Seminário Internacional sobre Gestão de Rejeitos e Segurança de Barragem, o Encontro com Fornecedores de Tecnologia na Gestão de Rejeitos e a criação do Mining Hub e a elaboração do “Guia de Boas Práticas de Gestão de Barragens e Estruturas de Disposição de Rejeitos”.

Este último, conforme Brumer, contou com a participação de 50 especialistas coordenados pelo órgão e está disponível para receber contribuições técnicas até o próximo dia 16.

A versão final será apresentada na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), que acontece de 9 a 12 de setembro, no Expominas, onde também haverá espaço para novos debates acerca do documento e poderá ser aderido de forma voluntária pelas mineradoras.

Exportações de minério de ferro sobem 16,6%

As exportações de minério de ferro do Brasil cresceram 16,6% em julho ante o mês anterior, para 34,3 milhões de toneladas, maior nível em nove meses, após a Vale retomar a produção em sua maior mina de Minas Gerais, apontaram dados oficiais divulgados ontem.

O volume é o maior desde outubro de 2018, quando as vendas externas brasileiras de minério de ferro atingiram 37,2 milhões de toneladas, segundo números compilados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

O montante de julho, entretanto, é 4,7% menor que o registrado no mesmo mês do ano passado.

As exportações brasileiras da commodity neste ano foram fortemente abaladas com o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério da Vale, em Brumadinho, em 25 de janeiro, que levou a uma paralisação de diversas atividades para uma revisão da segurança.

Em abril, as vendas externas atingiram o menor volume em mais de sete anos, somando 18,3 milhões de toneladas e, desde então, têm se recuperado.

A Vale, que responde por grande parte dos embarques do País, obteve autorização em junho para retomar Brucutu, sua principal mina de Minas Gerais, de 30 milhões de toneladas anuais de capacidade.

Em meio ao corte de oferta no Brasil e também na Austrália, outro grande exportador global, o preço do minério de ferro exportado pelo País avançou para US\$ 74,7 por tonelada, contra US\$ 69,5 em junho e US\$ 50,4 por tonelada em julho de 2018, na esteira de ganhos no mercado chinês, cuja produção de aço está crescente.

Com isso, a receita das exportações brasileiras atingiu US\$ 2,6 bilhões em julho, alta de 25,3% em relação a junho e avanço de mais de 40% quando comparado ao mesmo mês do ano passado.

Fonte: Diário do Comércio

Autora: Mara Bianchetti

Data: 02/05/2019

SEDET TRATA DE APOIOS FEDERAIS PARA O SETOR DA MINERAÇÃO NO CEARÁ

A reunião com a Agência Nacional de Mineração (ANM) discutiu apoios federais para fomentar pesquisa e atração de investidores

Na manhã desta terça-feira (30), o secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet), Maia Júnior, recebeu o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Tomás Figueiredo Filho. A reunião, articulada pela secretária executiva da Indústria da Sedet, Roseane Medeiros, tratou de apoios federais para o setor da mineração no Ceará.

A segurança jurídica, a criação do fundo de incentivo à mineração e desburocratização quanto às licenças ambientais foram alguns pontos abordados na reunião. "O apoio da Agência, no sentido de aprofundar as pesquisas, envolvendo as universidades, ajudaria a mostrar o potencial do Ceará para atrair grandes empresas na área da mineração", ressaltou Maia Júnior.

O assessor de Mineração da Adece, Francisco Paula Pessoa de Andrade, apresentou informações sobre o setor no Ceará. Também participaram do encontro o presidente da Câmara Setorial de Mineração, Orlando Siqueira, técnicos da Sedet e da Agência Nacional de Mineração.

Saiba mais

A Agência Nacional de Mineração (ANM) foi criada em 2017 substituindo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Cabe à ANM regulamentar e fiscalizar o setor de mineração no país.

Fonte: Governo do Ceará

Data: 30/07/2019



VENDA DE CHAPADA IMPULSIONA DESEMPENHO DA YAMANA NO SEGUNDO TRIMESTRE

Catalisadores melhoraram o desempenho financeiro e operacional da Yamana Gold nos últimos meses e, de acordo com seu principal executivo, há mais para vir nos próximos trimestres

"Embarcamos em uma nova era na Yamana. Essa era será definida pela maior flexibilidade financeira, maior geração de fluxo de caixa livre, boa execução de nossas oportunidades de crescimento orgânico e retorno superior aos nossos acionistas", disse o diretor-executivo da empresa, Daniel Racine.

Os comentários de Racine foram principalmente relacionados à venda pela Yamana da mina de Chapada, em Goiás, para a Lundin Mining, com sede em Toronto, concluída durante o segundo trimestre.

A mina de Chapada produziu 121.000 onças de ouro no ano passado, acima das 119.852 onças do ano anterior. A Yamana disse em março que o forte ritmo de produção continuou no quarto trimestre e no ano inteiro de 2018.

Chapada está atualmente sendo ampliada para aumentar sua capacidade de produção e vida útil graças à descoberta de reservas adicionais no depósito de Suruca, 6 km a nordeste de Chapada.

A Yamana concluiu a venda da mina de Chapada por um total de mais de US\$ 1 bilhão, sendo que a companhia recebeu uma contrapartida inicial em dinheiro de US\$ 800 milhões no fechamento do negócio, e uma contraprestação adicional inclui um pagamento em dinheiro de US\$ 100 milhões referente ao desenvolvimento de uma torrefadora de pirita em Chapada, um royalty de 2% do ouro de Suruca e o direito de receber até US\$ 125 milhões em contraprestação em dinheiro adicional ("o Instrumento de preço de ouro") com base no preço do ouro durante o período de cinco anos a partir da data de fechamento.

O Gold Price Instrument, no original em inglês, que é um ativo monetizável, é estruturado como um direito separado que aumenta de valor quando o preço do ouro aumenta.

Embora a Yamana esteja atualmente detendo o Instrumento de Preços de Ouro, de modo que seja pago de acordo com seus termos até o valor máximo, a companhia não negligenciou o valor considerável que ele.

De fato, o aumento dos preços do ouro desde que a venda da Chapada foi anunciada já elevou consideravelmente o valor do instrumento. A companhia estima que o aumento no valor é comparável aos fluxos de caixa adicionais que seriam gerados a partir da produção de ouro em Chapada nos próximos anos se os preços do ouro permanecessem nesses níveis maiores.

Esse valor aumentado é gerado antecipadamente e preserva a opcionalidade ao aumento do preço do ouro, como se a empresa estivesse produzindo ouro, mas sem risco operacional.

Jacobina

A Yamana ainda possui uma série de ativos de ouro no Brasil, incluindo a mina mais importante, de Jacobina, na Bahia. "Atualizaremos as reservas e estimativas de minerais para Jacobina fornecendo uma atualização de exploração para a operação no terceiro trimestre. Além disso, a empresa fornecerá uma atualização de exploração mais ampla durante o terceiro trimestre", disse Racine.

De acordo com o executivo, uma excursão para investidores para a mina de Jacobina está marcada para 1º a 3 de outubro, seguida pelos resultados de um estudo de pré-viabilidade esperado para o primeiro trimestre do próximo ano.

Jacobina produziu 38.617oz de ouro no primeiro trimestre, em comparação com 34.525oz no 1T18, afirmou a Yamana em comunicado, acrescentando que desenvolveu um plano de duas fases para aumentar a produção na mina além de 150.000oz de ouro por ano.

Resultados

O lucro líquido das operações no segundo trimestre foi de US\$ 14,1 milhões, comparado a US\$ 12,4 milhões no mesmo período do ano passado.

As receitas aumentaram para US\$ 464 milhões de US\$ 436 milhões na mesma comparação.

A produção de ouro foi de 232.863 onças e a produção de cobre foi de 31.2Mlb.

A Yamana também opera minas no Chile (El Peñon, Minera, Flórida), Argentina (Cerro Moro) e Canadá (Canadian Malartic).

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 30/07/2019

MINERAÇÃO 4.0: EXEMPLO MINEIRO DE INOVAÇÃO NO SETOR MINERAL É ALVO DA BAHIA

Mining Hub busca soluções para segurança, gestão da água, de resíduos e de rejeitos, eficiência operacional e fontes de energia alternativas

A união faz a força, diz o velho ditado. E, quando acontece entre concorrentes, gera benefícios para todos. Uma outra máxima popular, derivada de uma lei da Física, é a de que na vida nada se cria, tudo se copia. E é nessa lógica que empresas de mineração instaladas aqui na Bahia se miram numa iniciativa mundialmente inovadora no setor, que nasceu em Minas Gerais: a criação de um hub para desenvolver soluções a problemas comuns em empresas concorrentes.

O alvo da “cópia do bem” é o Mining Hub, criado há pouco mais de seis meses no estado vizinho e já vem chamando a atenção de gente que trabalha no setor mineral em todo o mundo. A ideia, que já atraiu 23 mineradoras, entre elas a baiana Bamin, 20 fornecedores de produtos e serviços, além de 21 startups, se baseia na busca de soluções para os cinco grandes desafios operacionais da mineração mundial: segurança operacional e ocupacional, gestão da água, gestão de resíduos e de rejeitos, eficiência operacional e fontes de energia alternativas.

Assuntos como remoção de impurezas de minérios dividem espaços com discussões sobre o aumento da eficiência energética das minas, discussões sobre o comportamento interno em áreas de barragens, análises de indicadores de desenvolvimento social e a promoção do empreendedorismo local. Novidades em processos nas áreas de recursos humanos, comunicação ou suprimentos voltadas para a atividade de mineração.

Necessidade do hub

Gustavo Roque, um dos criadores do Mining Hub, conta que a consciência em relação à necessidade do hub surgiu em meados do ano passado, a partir das demandas da Ferrous, uma das empresas que atuam no setor. Em meados do ano passado, a empresa vinha discutindo oportunidades de desenvolvimento de soluções para problemas conjuntos. A partir daí, iniciaram-se conversas com diversas empresas do setor.

Além disso, um estudo anual apresentado pela consultoria Delloite, o Track and Trace, apresentou os dez desafios da mineração. “Destes, cinco eram desafios operacionais”, lembra Roque.

“Quando a gente pegou esse relatório, começamos a bater nas portas de mineradoras, para saber se havia interesse em desenvolver soluções compartilhadas para esses problemas, de maneira colaborativa”, conta. Cinco mineradoras toparam e uma delas sugeriu o ingresso do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram). O ingresso da entidade representativa atraiu mais empresas para a participação no projeto.

Para um projeto sem paralelo no mundo, um modelo diferente de escritório foi pensado, lembra Roque. Um acordo com a WeWork, que é o maior espaço de coworking do mundo, ajudou a turma a fugir do formato tradicional de escritório. “Nós começamos a bater nas portas de outras mineradoras, para poder apresentar uma proposta para atrair empreendedores, universidades, pesquisadores, para desenvolver soluções para esses desafios”, lembra.

Aí foi a hora de definir o formato do hub. Ficou acertado que o foco seria o trabalho em inovação, tanto aquela em que se busca a melhoria de processos, quanto a que busca melhorias ou a implantação de

novas tecnologias. Segundo Gustavo Roque, um aspecto importante foi a constatação de que havia uma necessidade de “mudança de cultura”. “Nós entendemos que era necessária uma alteração no comportamento, uma mudança na maneira como nos apresentamos à sociedade, junto às novas gerações, que hoje não veem uma oportunidade de trabalho e de emprego atrativa na mineração”, explica o diretor do Mining Hub.

Ambiente de trabalho

Para reunir empresas que muitas vezes disputam os mesmos mercados foi definido que o ambiente precisa ser colaborativo, não competitivo e receptivo.

“Qualquer tipo de indústria precisa estar sempre investindo em inovação. A mineração já investia antes. O que é inovador, não apenas aqui no Brasil, mas mundialmente, é o fato de você ter a união do setor”, destaca Paulo Henrique Soares, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Trata-se do primeiro hub setorial do mundo, onde concorrentes se unem para desenvolver soluções comuns para desafios comuns. A iniciativa já despertou interesses de representantes dos setores de óleo e gás, saúde, financeiro e de turismo, para entender como se chegou a uma solução capaz de integrar interesses de empresas concorrentes.

Aqui na Bahia

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm, acredita que a aplicação da ideia aqui no estado deverá trazer frutos positivos para o setor. “O mundo está cada vez mais tecnológico e existe uma demanda por tecnologia na mineração também. Minas Gerais montou o primeiro, e nós queremos aprender com a experiência deles. O hub é uma aposta no futuro da mineração aqui na Bahia”, destaca Tramm.

Segundo o presidente da CBPM, a criação do hub dependerá apenas do interesse da iniciativa privada. “Estamos conversando com os interessados porque acreditamos que o investimento em inovação é fundamental para o setor. Vamos dar todo o apoio que nós pudermos dar para que este projeto saia do papel”, destaca.

O gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Senai Cimatec, Flávio Marinho, destaca que o principal conceito do projeto aqui na Bahia passa pelo grande potencial que o estado tem para a atividade da mineração. “A ideia de aproximar os atores da atividade, para desenvolver um processo de inovação colaborativo tem tudo para impulsionar o potencial que a Bahia tem”, disse.

Ele acredita que os projetos do tipo demonstram o grau de maturidade das empresas que atuam no setor. “Nós podemos frisar no fato de que as empresas são concorrentes, ou nos interesses que elas têm em resolver problemas que são comuns a elas”, acredita Flávio Marinho.

Para o gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Senai Cimatec, o caminho não é “oferecer uma cartilha sobre o assunto, mas assegurar o engajamento das empresas para contar com a cooperação entre elas. Elas entendem que não conseguem resolver tudo sozinhas”.

Hub é aposta da Bamin para ação inovadora

Única empresa baiana a participar do Mining Hub, Minas Gerais, a Bahia Mineração (Bamin), aposta na iniciativa para iniciar suas operações com os melhores processos disponíveis no mercado.

“Nós somos a única empresa integrante do Mining Hub que ainda está em fase de projeto. Isso nos permite já iniciar a nossa operação num futuro próximo adotando as melhores práticas disponíveis”, avalia a responsável na Bamin pelo Mining Hub, Cristina Ho. “A oportunidade que nós estamos tendo de

participar de um clube como este, nos permite entrar no mercado da melhor maneira possível e com um impacto positivo em nossa operação” acredita.

Ela acredita que a criação do hub, no início deste ano, aconteceu no melhor momento possível. “Existe uma preocupação enorme das empresas do setor em adotar uma nova forma de atuação, de revisitar práticas que eram adotadas antes e adequá-las aos interesses da sociedade”, destaca Cristina.

Tido como um setor de atuação mais tradicional, o contato com o pensamento mais moderno de startups e de universidades parceiras é considerado positivo. “Nós temos a oportunidade de estudar profundamente nossos processos e pensar em novas tecnologias, ao mesmo tempo em que pensamos no espaço que a mulher tem nessa indústria”, exemplifica Cristina Ho.

Entre as iniciativas do Mining Hub, ela destaca o braço social do programa, do qual a Bamin é uma das empresas participantes. “Nós sempre tivemos um interesse enorme no impacto social da nossa atuação. Com a possibilidade de discutir esses processos com outras empresas, acreditamos que podemos melhorar muita coisa”, destaca Cristina Ho.

Evento recebe grandes de peso no setor

Alguns dos nomes mais importantes da mineração brasileira estarão reunidos na Bahia no próximo dia 14 para discutir os investimentos em inovação e os caminhos para uma atuação mais sustentável no setor. O evento promovido pelo CORREIO e a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) vai colocar a discussão a criação de um hub com empresas do setor para o fomento de boas práticas empresariais.

Integrantes do poder público, iniciativa privada e academia vão discutir das 09h às 17h caminhos para o desenvolvimento da atividade no país.

Estão confirmados no evento, que será realizado no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Alexandre Vidigal, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME) e Victor Hugo Froner Bicca, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Na iniciativa privada, o presidente da Largo Resources no Brasil, Paulo Misk, é presença confirmada, para falar sobre a Vanádio de Maracás. Gustavo Roque, coordenador do Mining Hub, em Minas Gerais, é outra presença certa. Rinaldo Mancin, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) também estará presente. A entidade é a responsável pela representação nacional da atividade. Os organizadores do evento ainda pretendem anunciar outros nomes de peso.

Fonte: Correio

Autor: Donaldson Gomes

Data: 31/07/2019



BARRAGENS DEVERÃO SER FISCALIZADAS PELA ANM

O governo estuda passar para a Agência Nacional de Mineração (ANM) a responsabilidade por fiscalizar as barragens no País. Hoje, as próprias mineradoras contratam as empresas que fazem a inspeção em seus empreendimentos. A agência seria responsável por criar um cadastro de empresas habilitadas para a fiscalização.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, afirmou ao Estadão/Broadcast que a ideia seria de a ANM abrir um edital internacional para licitar as empresas interessadas em realizar a fiscalização e a auditoria externa das barragens. Elas entrariam em um cadastro geral da agência, que faria a escolha de quem atuaria em determinada barragem aleatoriamente, de forma que nem mesmo a agência pudesse saber qual seria o resultado. "Aí, a ANM poderia dizer que tal empreendimento minerário, tal empresa de auditoria vai fazer e pode até ser de surpresa. O custo seria pago pelo empreendedor, que já paga hoje", disse o executivo.

Estudo

O secretário afirmou ainda que a proposta está em estudo e não há data para a sua implementação. De acordo com ele, o cronograma de fiscalização das 480 barragens de mineração do País deverá ser cumprido até o fim deste ano. Até agora, 187 já passaram por este processo. "Fiscalizadas elas já eram, mas precisam ser depuradas, ainda mais detalhada essa fiscalização. O programa começou em março com 8 fiscais, agora são 20. Então, até o fim do ano acreditamos que vamos conseguir cumprir", disse. Vidigal disse ainda que o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), da brasileira Vale, em janeiro não aconteceu por falta de fiscalização. "O que realmente aconteceu, ninguém sabe ainda, nem a engenharia sabe. O que se tinha de conhecimento técnico, de engenharia para esse tipo de construção era tido como algo seguro. E aí se viu que não era seguro. Não foi por causa da falta de fiscalização que aconteceu Brumadinho", disse.

Fonte: DCI

Data: 03/08/2019



O DEBATE SOBRE A COBRANÇA DE PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NA MINERAÇÃO

A atividade mineral compõe uma grande parte de nossa pauta de exportações e é fundamental para as atividades econômicas. Você que lê esta coluna o faz em um computador, tablet ou celular que é composto, em grande parte, de minérios. Caso tenha imprimido em uma página de papel para ler com redobrada atenção, saiba que existe mineração tanto na tinta da impressora e nos seus componente quanto no papel utilizado. Certamente ao seu redor também existe forte atividade mineral, seja nas paredes que o cercam, seja na transmissão na energia elétrica. Um pequeno filme com menos de 1 minuto e meio ("Você já imaginou o mundo sem mineração?") pode bem ilustrar a importância da atividade mineral no nosso cotidiano.

Não se há de esconder que existem riscos na atividade mineral, como se vê nas recentes tragédias de rompimento das barragens, com centenas de mortes, mas também não se pode negar sua importância para a manutenção de um bom nível civilizatório em nossa sociedade.

Recentemente foram realizadas alterações normativas que aumentaram significativamente a incidência da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) sobre esse setor (Lei 13.540/17). Agora se discute no Congresso Nacional um incremento dos encargos sobre a atividade mineral, através de majoração de alíquotas e da criação de um novo encargo denominado de Participação Especial, que é cobrado sobre o setor de petróleo, mas penso ser incabível no setor minerário. Explico melhor.

No setor de petróleo, a situação exploratória é desenvolvida pelo governo, que, através de leilões periódicos, oferta o direito de exploração desses recursos às empresas interessadas. É disponibilizado um *data room* onde as empresas podem analisar as pesquisas realizadas, sob o patrocínio do governo, e fazer seus lances com base na credibilidade dessas informações

Apenas para fins didáticos, suponhamos que os dados disponíveis apontem para um bloco de petróleo do qual se possa extrair um milhão de barris de petróleo tipo B, por dia. Os lances a serem realizados pelas empresas tomarão por base essa equação. Ocorre que, quando a empresa vencedora do leilão for explorar aquele bloco, pode encontrar duas variáveis: 1) a quantidade ser muito superior, ou 2) a qualidade ser muito melhor do que a estimada. Ocorrendo qualquer dessas situações, ou ambas, as empresas terão que pagar ao governo uma espécie de royalty denominado Participação Especial, que decorre de um resultado melhor do que o previsto. Parecer algo justo, pois o governo, titular do domínio (propriedade) daquele recurso natural, terá a receber um valor a mais (além do royalty normalmente cobrado) em razão da melhor qualidade ou da maior quantidade do petróleo que foi ofertado, cuja prospecção — repete-se — foi feita às expensas do próprio governo. Outra hipótese para a cobrança de Participação Especial decorre de uma disparada dos preços em razão de guerras ou embargos, que crie um aumento artificial da procura por aquele produto.

Pois bem, seria isso aplicável para a indústria de extração mineral? Penso que não.

Como regra, a fase de pesquisa mineral (correspondente à prospecção petrolífera) decorre de uma atividade privada, que à sua conta e risco se lança em busca da descoberta de jazidas, onde quer que elas estejam. A hipótese de leilões de áreas minerais é algo muito raro e, quando ocorre, decorre de minas abandonadas em face de sua exploração econômica estar praticamente esgotada. Assim, não há, na prática, uma divergência entre o que é ofertado pelo governo e o que é identificado no momento da efetiva exploração, como ocorre na atividade petrolífera.

Daí advém a inadequação do uso de um modelo que funciona bem em um setor para ser aplicado em outro. Como mensurar a diferença entre a qualidade ou a quantidade entre o que foi ofertado e o que foi explorado se não há oferta governamental, pois as pesquisas são feitas pelas próprias empresas? Este, me parece, ser o ponto central do qual devem partir as análises do tema.

A ex-presidente Dilma encaminhou um projeto de lei ao Congresso que previa uma verdadeira estatização do setor de pesquisa mineral, o que seria um desastre, pois teria paralisado toda a indústria mineral do país à espera de alguma ação estatal nesse campo. A ideia era que, só após o completo levantamento mineralógico do país, a ser feito pelo governo, fossem realizados os leilões, à semelhança do que ocorre no âmbito petrolífero. Felizmente essa ideia não prosperou, tendo sido descartada em algum desvão do Congresso.

Tudo indica que o atual Congresso, com esse debate de criar uma Participação Especial para a indústria mineral, está promovendo uma verdadeira corrida ao pote de ouro que se supõe existir na base do arco-íris, para singelamente aumentar a arrecadação sobre o setor.

Existem bons projetos para dinamizar a atividade mineral no país, em vez de utilizá-la apenas como um vetor para carrear recursos para os cofres públicos. Uma boa ideia que já foi discutida é permitir que os direitos minerais regularmente titulados pelas empresas possam ser utilizados como garantia de empréstimos ou como suporte para o lançamento de ações em bolsa de valores. Isso, dentre outros fatores, é que faz o Canadá ter uma dinâmica de exploração mineral invejável, permitindo a capitalização das empresas através de seus direitos minerários e espalhando empresas júnior para prospecção em todo o mundo.

O governo atual parece muito mais interessado em incentivar a atividade de garimpo, que é incontrolável e, exatamente por isso, extremamente pernicioso para o meio ambiente e as populações em seu entorno — basta ver as declarações do atual presidente acerca do problema ocorrido no Amapá, entre garimpeiros e comunidades indígenas.

O foco deveria ser o incentivo à indústria mineral, isto é, para as empresas estruturadas para desenvolver essa atividade, e que estão sob controle e fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM, antigo DNPM), além de estarem sujeitas às normas regulamentares ambientais de todos os níveis federativos.

Outra miopia do governo atual é fazer uma consulta pública sobre mineração em terras indígenas, que, a despeito de ser constitucionalmente permitida, depende de lei a ser aprovada pelo Congresso (artigo 49, XVI e artigo 231, parágrafo 3º, CF), tema que necessariamente exige a participação do Ministério Público (artigo 129, V, CF) e não conta com apoio popular.

Será que todo o potencial de pesquisa mineral em nosso imenso território já foi esgotado? Penso que não. Porém, caso tenha sido, por que não centrar atenção em permitir a mineração nas áreas de fronteira? Também será necessária a aprovação de lei pelo Congresso Nacional (artigo 176, parágrafo 1º, parte final, CF), porém sem as mesmas implicações que envolvem as comunidades indígenas.

Existem muitos grupos interessados no debate, merecendo destaque o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), bem como outros se organizando para esse tipo de discussão, como o de Mineronegócios, capitaneado por José Jaime Sznelwar, cuja criação está prevista para a próxima semana, em Brasília.

Enfim, há muito a ser feito no âmbito da atividade mineral, seja para ampliar a segurança da população que vive em seu entorno, seja para dinamizá-la, sem a necessidade de aumentar seu custo exploratório com a cópia de mecanismos que vem sendo bem utilizados no âmbito da indústria petrolífera, porém se revelarão meramente arrecadatários caso venham a ser utilizados para a indústria mineral.

Fonte: Consultor Jurídico - Conjur

Autor: Fernando Facury Scaff

Data: 06/08/2019



<http://portaldamineracao.com.br/exposibram/>